

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

PROCESSO N.º 404882/2024

UASG: 925449

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90053/2024

EDITAL

RESUMO



FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA - FPEHCGV

CNPJ nº 22.980.973/0001-77



OBJETO

Aquisição de material de expediente a serem distribuídos nas dependências da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FPEHCGV).



MÉTODO DE DISPUTA

- ☒ Aberto
☐ Aberto e fechado
☐ Fechado e aberto



CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- ☒ Menor preço
☐ Maior desconto



ENTREGA

Forma Através de Empenho.

Prazo Em até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da nota de empenho.

Local Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna – FPEHCGV, no setor de Almoxarifado, situado à Travessa Alferes Costa n.º 2.000 – Bairro: Pedreira – CEP: 66.083.106 – na cidade de Belém, Estado do Pará, **de segunda à sexta-feira, exceto feriados e finais de semana**, de 08h00 às 16h00.



VALOR TOTAL

R\$ 651.765,20 (seiscentos e cinquenta e um mil, setecentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos).

REAJUSTE

Índice ☐ IPCA ☐ INCC ☐ Outro: (sigla)
☐ INPC ☒ IGP-M

Período A cada **12 meses**, a contar da data da proposta.

PAGAMENTO

Forma Ordem bancária.

Prazo **30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.



ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data 29/07/2024.
Portal do Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras/pt-br
09 h

Hora Edital disponível nos Portais: www.gov.br/compras/pt-br,
www.compras-para.pa.gov.br e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

Preferência ME/EPP/Equiparadas: Não

REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

CLÁUSULA 1 – PROMOTOR DO PREGÃO

1.1 O PROMOTOR deste pregão é a **FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA - FPEHCGV**, fundação de direito público do Estado do Pará, CNPJ n.º 22.980.973/0001-77, com sede na Travessa Alferes Costa n.º 2.000 – Bairro: Pedreira – Belém/PA, neste ato representada por sua Presidente Dra. Heloisa Maria Melo e Silva Guimarães, brasileira, médica, portadora do RG n. 3323065 PC/PA e CPF n.º 283.529.202-00, residente e domiciliada nesta cidade. Tendo como **Agente de Contratação o Sr. Anfrízio Fernandes Neto**, designado pela Portaria n.º 206 de 06 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado N. 35.849 do dia 10/06/2024.

CLÁUSULA 2 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO** e observará a Lei Federal n.º 14.133/21, Lei Complementar Federal n.º 123/06, Decretos Estaduais n.º 2.939/2023 e alterações, 2.940/2023, 3.037/2023 e 3.532/2023, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA 3 – OBJETO

3.1 O objeto desta licitação é a aquisição de material de expediente a serem distribuídos nas dependências da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FPEHCGV).

3.2 O objeto a ser licitado é o seguinte conforme os itens descritos no Termo de Referência:

O QUE SERÁ CONTRATADO?							
LOTE	Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado	Total**
LOTE I							
01	01	CANETA ESFEROGRAFICA, PONTA 0,5/1.2MM, AZUL (UND)	144-9	UND	10.250	R\$ 1,17	R\$ 11.992,50
	02	CANETA ESFEROGRAFICA, PONTA 0,5/1.2MM, PRETA (UND)	145-7	UND	3.250	R\$ 1,17	R\$ 3.802,50
	03	CANETA ESFEROGRAFICA, PONTA 0,5/1.2MM, VERMELHA (UND)	146-5	UND	3.050	R\$ 1,18	R\$ 3.599,00
	04	CANETA MARCA TEXTO, AZUL, FLUOR PTA.CHANF.1.0/4.0MM, COR.DIVERSAS (UND)	168-6	UND	300	R\$ 1,90	R\$ 570,00
	05	CANETA MARCA TEXTO, LARANJA, FLUOR PTA.CHANF.1.0/4.0MM.(UND)	170-8	UND	300	R\$ 2,19	R\$ 657,00
	06	CANETA MARCA TEXTO, VERDE ,FLUOR PTA.CHANF.1.0/4.0MM.	171-6	UND	960	R\$ 2,19	R\$ 2.102,40

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

Trav. Alferes Costa, n. 2.000. Pedreira. Belém. Pará. Brasil. 66.083-106.

Tel.: (91) 4005.2500. Email: cplfhcgv@gasparvianna.pa.gov.br

		(UND)					
	07	CANETA MARCA TEXTO, FLUOR,PTA.CHANF.1.0/4.0MM, COR.DIVERSAS (UND)	172-4	UND	1.000	R\$ 2,22	R\$ 2.220,00
	08	CANETA MARCA TEXTO, ROSA, FLUOR.,PTA.CHANF. 1.0/4.0MM (UND)	173-2	UND	1.000	R\$ 2,19	R\$ 2.190,00
	09	CANETA P/ TRANSPARENCIA, COR VERMELHA (UND)	193-7	UND	250	R\$ 3,22	R\$ 805,00
	10	CANETA P/ TRANSPARENCIA, COR PRETA (UND)	194-5	UND	500	R\$ 3,33	R\$ 1.665,00
	11	CANETA P/ TRANSPARENCIA, COR AZUL (UND)	195-3	UND	800	R\$ 3,36	R\$ 2.688,00
	12	LÁPIS COMUM , PRETO, NR 2(UND)	142-2	UND	1.050	R\$ 0,58	R\$ 609,00
	13	MARCADOR P/ QUADRO BRANCO, REC., PONTA 4.0MM, AZUL(UND)	174-0	UND	400	R\$ 3,50	R\$ 1.400,00
	14	MARCADOR P/ QUADRO BRANCO, REC., PONTA 4.0MM, VERMELHA(UND)	176-7	UND	200	R\$ 3,49	R\$ 698,00
	15	MARCADOR P/ QUADRO BRANCO,DESCARTAVEL PONTA 4.0MM, COR PRETA(UND)	177214-7	UND	300	R\$ 3,58	R\$ 1.074,00
	16	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO, RECARREGAVEL, PONTA 4.0MM, CORES DIVERSAS. (UND)	177-5	UND	600	R\$ 3,80	R\$ 2.280,00
	17	PINCEL ATOMICO, PONTA CHANFRADA 4.5MM, RECAR., AZUL(UND)	4681-7	UND	800	R\$ 3,33	R\$ 2.664,00
	18	PINCEL ATOMICO, PONTA CHANFRADA 4.5MM, RECAR., PRETO(UND)	4680-9	UND	250	R\$ 3,33	R\$ 832,00
	19	PINCEL ATOMICO, PONTA CHANFRADA 4.5MM, RECAR., VERMELHA(UND)	4682-5	UND	300	R\$ 3,50	R\$ 1.050,00
TOTAL LOTE I							R\$ 42.898,90
LOTE II							
02	20	COLCHETE METALICO, NR.13 (CX)	697-1	CX	80	R\$ 11,58	R\$ 926,40
	21	COLCHETE METALICO, NR.14 (CX)	703-0	CX	80	R\$ 12,29	R\$ 983,20
	22	CLIQUE NIQUELADO NR.3/0, C/ 50(CX)	66-3	CX	5.000	R\$ 3,78	R\$ 18.900,00
	23	CLIQUE NIQUELADO NR.8/0, C/ 25(CX)	67-1	CX	5.000	R\$ 3,42	R\$ 17.100,00
	24	ESTILETE EM POLIESTIRENO, C/ TRAVA, LAMINA DESC. 9MM (UND)	275-5	UND	680	R\$ 1,98	R\$ 1.346,40
	25	EXTRATOR DE GRAMPO, EM METAL CROMADO, TIPO ESPATULA(UND)	250-0	UND	200	R\$ 3,32	R\$ 664,00
	26	GRAMPEADOR DE MESA, PEQUENO, P/ GRAMPO 26/6MM, 20FL. (UND)	182200-4	UND	1.000	R\$ 16,86	R\$ 16.860,00
	27	GRAMPO P/ GRAMPEADOR, 26/6MM, C/ 1000 (CX)	285-2	CX	4.000	R\$ 2,30	R\$ 9.200,00
	28	GRAMPO P/ PASTA, TRILHO, 80MM, POLIPROP., P/600 FLS.,C/50 (PCT)	143476-4	PCT	3.000	R\$ 18,87	R\$ 56.610,00
	29	TESOURA ESCOLAR, PONTA	2867-3	UND	200	R\$ 4,04	R\$ 808,00

		REDONDA, 10CM, CABO EM POLIETILENO(UND)					
	30	PERFURADOR DE PAPEL, EM METAL, 2 FUROS, ATE 35 FOLHAS(UND)	152643-0	UND	300	R\$ 42,25	R\$ 12.675,00
TOTAL LOTE II							R\$ 136.073,00
LOTE III							
03	31	LIVRO P/ PROTOCOLO, C/ 100 FOLHAS NUMERADAS(UND)	313-1	UND	800	R\$ 12,61	R\$ 10.088,00
	32	LIVRO P/ ATA , PAUTADO, 100 FOLHAS (UND)	309-3	UND	300	R\$ 13,93	R\$ 4.179,00
	33	PAPEL A4 (210X27MM) VERGE 180G/M, BRANCO, C/ 50 FOLHA(PCT)	25522-0	PCT	30	R\$ 19,51	R\$ 585,30
	34	PAPEL ALUMINIO, 45CMX7,5M(ROL)	5659-6	ROL	300	R\$ 7,20	R\$ 2.160,00
	35	PAPEL CARBONO COMUM, PETRO, ATÉ 6 COPIAS , CX C/ 100 FOLHAS(CX)	440-5	CX	150	R\$ 46,61	R\$ 6.991,50
	36	PAPEL CONTACT, AUTO ADESIVO, 45CM DE LARGURA (M)	447-2	M	1.000	R\$ 3,86	R\$ 3.860,00
	37	PASTA SIMPLES C/ ELÁSTICO(UND)	39917-5	UND	5.000	R\$ 2,97	R\$ 14.850,00
	38	PASTA EM POLIONDA, C/ ELASTICO, LOMBO 60MM, TAM. OFICIO(UND)	137382-0	UND	2.000	R\$ 5,57	R\$ 11.140,00
	39	PASTA EM POLIONDA, C/ ABA E ELASTICO, LOMBO 55MM, OFICIO(UND)	169927-0	UND	1.000	R\$ 7,28	R\$ 7.280,00
	40	PASTA CATALOGO, SIMPLES, C/ 50 ENVELOPES, TAM. OFICIO(UND)	12119-3	UND	500	R\$ 22,72	R\$ 11.360,00
	41	PASTA SUSPENSA PEND.LAT.,MARMORIZADA, 300G/M2,235X370MM(UND)	334-4	UND	800	R\$ 4,58	R\$ 3.664,00
	42	REGISTRADOR AZ, LOMBO LARGO(73 A 85MM), OFICIO, EM PAPELAO(UND)	326-3	UND	1.000	R\$ 18,05	R\$ 18.050,00
	43	ENVELOPE TIPO SACO GRANDE, AMARELO (UND)	1792-2	UND	40.000	R\$ 0,77	R\$ 30.800,00
	44	ENVELOPE SACO AMARELO, PEQUENO TIMBRADO(UND)	1789-2	UND	20.000	R\$ 1,56	R\$ 31.200,00
TOTAL LOTE III							R\$ 156.207,80
LOTE IV							
04	45	ETIQUETA AUTOADESIVA, C/ TARJA G-1, 30MM X 5M (ROL)	101-5	ROL	10.000	R\$ 5,15	R\$ 51.500,00
	46	ETIQUETA AUTOADESIVA, C/ TARJA G-2, 28MM X 5M (ROL)	102-3	ROL	10.000	R\$ 5,80	R\$ 58.000,00
	47	REGUA EM MICA TRANSPARENTE, 30CM(UND)	4689-2	UND	300	R\$ 1,74	R\$ 522,00
	48	PRANCHETA EM ACRILICO, OFICIO(UND)	331-0	UND	800	R\$ 19,21	R\$ 15.368,00
	49	LIGA EM LATEX, FINA, C/ 100G (CX)	251-8	CX	1.500	R\$ 5,28	R\$ 7.920,00
	50	CAIXA ARQUIVO EM PAPELAO, TAM. OFICIO (UND)	140-6	UND	6.000	R\$ 5,82	R\$ 34.920,00
	51	BANDEJA PARA CORRESPONDÊNCIA DUPLA (UND)	9722-5	UND	200	R\$ 48,28	R\$ 9.656,00
	52	APONTADOR DE LAPIS, EM PLASTICO, C/ 1 FURO (UND)	134-1	UND	100	R\$ 0,96	R\$ 96,00

	53	APAGADOR P/ QUADRO BRANCO MAGNETICO(UND)	2624-7	UND	200	R\$ 4,97	R\$ 994,00
TOTAL LOTE IV							R\$ 178.976,00
LOTE V							
05	54	BORRACHA P/ GRAFITE E TINTA, TAM. APROX. 50 X 16 X 7MM (UND)	93-0	UND	450	R\$ 1,03	R\$ 463,50
	55	CORRETIVO LIQUIDO, BASE D'AGUA, (FRC)	15242-0	FRC	600	R\$ 3,33	R\$ 1.998,00
	56	TINTA P/ CARIMBO, S/ OLEO, 40ML, AZUL(FRC)	13120-2	FRC	60	R\$ 4,85	R\$ 291,00
	57	TINTA P/ CARIMBO, S/ OLEO, PRETA, C/ 40ML(FRC)	15244-7	FRC	60	R\$ 4,85	R\$ 291,00
	58	TINTA P/ DATADOR/NUMERADOR, C/ ÓLEO, PRETA, COMPATIVEL COM CARIMBO TRODAT (FRC)	368-9	FRC	40	R\$ 10,90	R\$ 436,00
	59	COLA PLASTICA, LIQUIDA, BRANCA, 90G (FRC)	263-1	FRC	500	R\$ 3,14	R\$ 1.570,00
	60	FITA P/ EMPACOT., GOMADA LISA, EM PVC, 50MMX50M(ROL)	18481-0	ROL	800	R\$ 5,90	R\$ 4.720,00
	61	FITA ADESIVA TRASNPARENTE, 19MM X 50M(ROL)	475-8	ROL	2.000	R\$ 3,62	R\$ 7.240,00
	62	FITA P/ EMPACOT., CREPE, ADESIVA, 18MM X 30M(ROL)	139634-0	ROL	20.000	R\$ 6,03	R\$ 120.600,00
TOTAL LOTE V							R\$ 137.609,50
VALOR GLOBAL ESTIMADO (LI + LII + LIII + LIV + LV)							R\$ 651.765,20

3.3 A licitação observará o seguinte:

☐ Item único;

☐ Divisão em itens, conforme tabela do item 3.2 deste edital;

☒ **Lotes**, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do TR, facultando-se ao LICITANTE a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem; ou

☐ **Lote único**, formados por [informar número] itens, conforme tabela constante no TR, devendo o LICITANTE oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

CLÁUSULA 4 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

4.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

- a.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

4.3 É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item 4.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

4.4 A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no item 4.1 poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

4.5 Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal n.º 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal n.º 123/06 e na Lei Estadual n.º 8.417/16.

4.6 Não poderão disputar esta licitação:

- a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal n.º 6.404/76, concorrendo entre si;
- g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

4.7 É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

4.8 Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.9 O impedimento de que trata a alínea d do item 4.6 será também aplicado ao LICITANTE que atue em

substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

4.10 Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as **alíneas b e c do item 4.6** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.11 As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

4.12 O disposto nas **alíneas b e c do item 4.6** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

4.13 A proibição do **item 4.7** também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

CLÁUSULA 5 – FASES DA LICITAÇÃO, APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 A licitação terá as seguintes fases:



5.2 Os LICITANTES deverão cadastrar no sistema eletrônico as suas propostas com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

5.2.1 Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a.** Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

Trav. Alferes Costa, n. 2.000. Pedreira. Belém. Pará. Brasil. 66.083-106.

Tel.: (91) 4005.2500. Email: cplfhcgvy@gasparvianna.pa.gov.br

Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

e. Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal n.º 14.133/21.

5.4 As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4.1 Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “*não*” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

5.5 A realização de declarações falsas nos itens 5.3 e 5.4 sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

5.6 Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

5.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

5.8 Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

5.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a.** A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e
- b.** A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

5.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.9 será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

5.12 Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

5.13 O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

CLÁUSULA 6 – PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- 6.1.1 ☒ Valor do item.
- 6.1.2 Marca
- 6.1.3 Fabricante

6.2 O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

6.3 Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do item 7.12.

6.5 Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6 A apresentação das propostas se obriga a cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade como TR.

6.7 Em virtude do compromisso previsto no item 6.6, o LICITANTE que apresenta proposta está obrigado a executar o objeto licitado nos termos da proposta, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidades e qualidades adequadas à execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido.

6.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9 Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

a. Caso o critério de julgamento seja o de *maior desconto*, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.

b. O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

1. Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
2. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

CLÁUSULA 7 – ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1 A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.3 A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.
- 7.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.
- 7.5 Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 7.6 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.
- 7.7 Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.8 O lance deverá ser ofertado do seguinte modo:
- 7.9 Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 7.10 O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.
- 7.11 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de **R\$ 0,10 (dez centavos)**.
- 7.12 O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.13 O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

Modo de Disputa

Regras

- a. No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

☒ Aberto

- b.** A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.
- c.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- d.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- e.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- f.** Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14 Após o término dos prazos estabelecidos no **item 7.13**, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem será crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

7.15 Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

7.16 Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

7.17 No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

7.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19 Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

7.20.1.1 Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

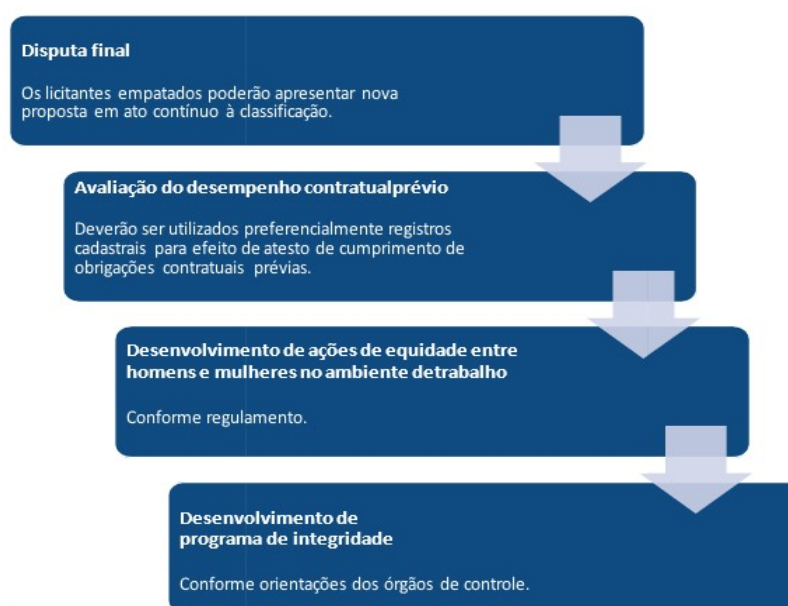
7.20.1.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

7.20.1.3 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

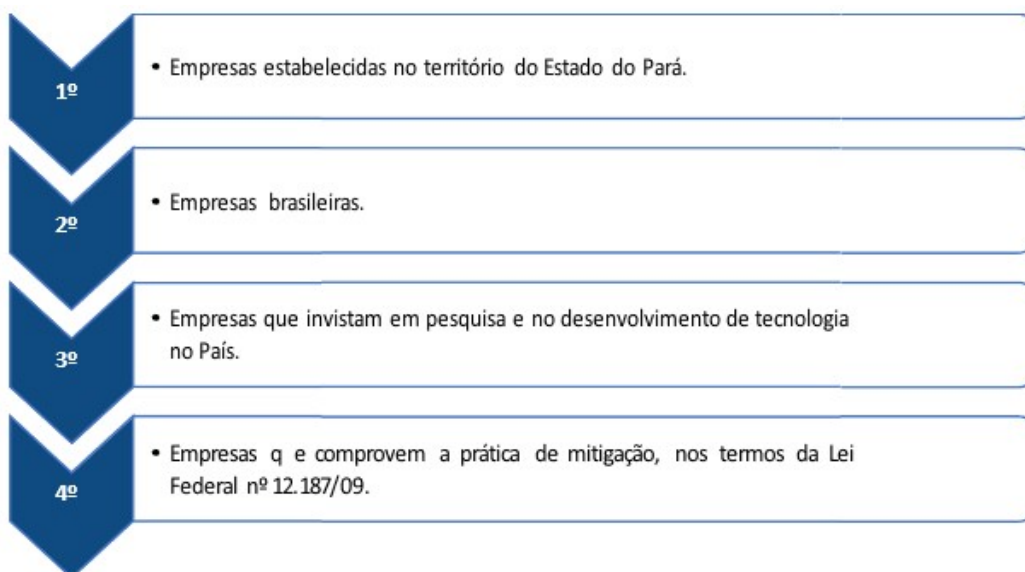
7.20.1.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

7.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:



7.23 Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:



7.24 Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

7.25 Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

7.26 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

7.27 O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

7.28 O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.29 É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

7.30 Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CLÁUSULA 8 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, **mediante a consulta aos seguintes cadastros:**

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

8.3 Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, **de acordo com o seguinte procedimento:**

- a) A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

Trav. Alferes Costa, n. 2.000. Pedreira. Belém. Pará. Brasil. 66.083-106.

Tel.: (91) 4005.2500. Email: cplfhcgvy@gasparvianna.pa.gov.br

- b) O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;
- c) Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

8.4 O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.

8.5 Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e) Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

8.8 É indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a) Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

8.9 Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexecuibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

CLÁUSULA 9 – HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no **Item REQUISITOS DA CONTRATADA do TR** serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

9.1.1 Atestado de capacidade técnica, emitido por instituições públicas ou privadas, em papel timbrado do emitente, em original ou cópia autenticada, que comprove que a empresa Licitante forneceu ou está fornecendo, de maneira satisfatória e a contento, produtos da natureza do objeto da presente Licitação.

9.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2.1 A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência

jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada art. 66 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2 As habilitações Fiscal (Federal, Estadual e Municipal), social e Trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos requisitos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021 a seguir:

- 9.2.2.1 A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 9.2.2.2 A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.2.2.3 A regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou municipal do domicílio ou sededo licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.2.2.4 A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 9.2.2.5 A regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- 9.2.2.6 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.2.3 Para fins de demonstração da Qualificação Econômico-Financeira, a Licitante vencedora deverá apresentar por meio eletrônico (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

- 9.2.3.1 Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei;
 - a) Assinado pelo profissional contábil e pelo titular ou representante legal da empresa;
 - b) Acompanhado do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário autenticados pela Junta Comercial ou órgão equivalente;
 - c) Acompanhado de Notas Explicativas;
 - d) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas: $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$; $SG = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$ e $LC = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.
 - e) Devem constar a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior (análise comparativa da situação financeira);
- 9.2.3.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo

Balanço de Abertura.

9.2.3.3 O Licitante que apresentar resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices citados no item acima, quando da habilitação, deverá comprovar, considerados os riscos para a Fundação FPEHCGV, o Capital ou Patrimônio Líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação (§ 4º do art. 69 da Lei n.º 14.133/2021).

9.2.3.4 Com relação ao Balanço Patrimonial deverá, ainda, a licitante observar o seguinte:

- a) As empresas obrigadas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) devem apresentar suas demonstrações contábeis por esse sistema, acompanhadas das Notas Explicativas e do Recibo de Entrega à Secretaria da Receita Federal;
- b) Empresas OPTANTES pelo regime de tributação do Simples Nacional devem apresentar o Comprovante da Opção, obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional>
- c) As sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedades anônimas), deverão apresentar o Balanço Patrimonial em conformidade com a referida Lei, e, estando sujeitas à Escrituração Digital Eletrônica (ECD), também ficarão sujeitas à apresentação das informações extraídas do SPED Contábil.

9.3 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor do juízo da sede da pessoa jurídica, emitida nos últimos **90 (noventa) dias** que antecederem a data de abertura da sessão do presente certame.

9.3.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei Federal nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.4 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.5 Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.6 Os documentos exigidos para a habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico.

9.7 Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal n.º 14.133/21.

9.8 Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante

responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.9 Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

9.10 O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

9.11 A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

9.13 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, como jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 horas**. Por decisão do pregoeiro, o prazo pode ser prorrogável por igual período, desde que haja solicitação motivada do licitante.

9.14 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

9.15 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

9.15.1 Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e

9.15.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.16 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17 Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **item 9.13**.

9.18 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja

proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

9.19 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, conforme estabelecido art.4º do Decreto Estadual 878/2008.

CLÁUSULA 10 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

CLÁUSULA 11 – RECURSOS

11.1 A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte, conforme determinado no art. 40 do Decreto Estadual nº 2.940/2023:

- a)** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo não inferior a 10 (dez) minutos, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b)** O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, **a qual poderá:**

- a)** Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis; ou
- b)** Encaminhar o recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

11.10 Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal Comprasnet.

CLÁUSULA 12 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame; b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando: 1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; 2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; 3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; 4. Deixar de apresentar amostra; 5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	Multa 0,5% a 15% do valor do contrato licitado. e Impedimento de licitar e contratar*
d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração; e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação; f. Fraudar a licitação; g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: 1. Agir em conluio ou contra a lei; 2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento; 3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada; h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.	Multa 15% a 30% do valor do contrato licitado. e Declaração de inidoneidade para licitar e contratar

12.2 As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

12.3 As sanções previstas no **item 12.1** não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida.

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

Trav. Alferes Costa, n. 2.000. Pedreira. Belém. Pará. Brasil. 66.083-106.

Tel.: (91) 4005.2500. Email: cplfhcgvy@gasparvianna.pa.gov.br

- b) As peculiaridades do caso concreto.
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5 A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

12.6 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

12.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.8 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

12.9 A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.10 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na **alínea c do item 12.1**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

12.11 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12 **Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:**

- a) O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;
- b) O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.13 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

12.14 O recurso a que se refere o **item 12.12** deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado

do seu recebimento.

12.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

12.16 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA 13 – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

13.1 Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

13.2 A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

13.3 A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4 A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, pelo e-mail: cplfhcgv@gasparvianna.pa.gov.br e as respostas serão disponibilizadas no portal www.gov.br/compras.

13.5 As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

13.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Dec. Estadual n.º 2.940, de 2023.

CLÁUSULA 14 – DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

14.8 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

14.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas, no Portal Comprasnet e no Portal do ComprasPará.

14.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, **os seguintes anexos:**

14.13 ANEXO I - Termo de Referência;

14.14 ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar (ETP);

14.15 ANEXO III – Minuta de contrato;

14.16 ANEXO IV – Minuta de contrato de comodato;

Belém (PA), 10 de Julho de 2024.

Dra. Heloisa Maria Melo e Silva Guimarães

Diretora Presidente da FPEHCGV

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

PROCESSO N.º 404882/2024

UASG: 925449

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90053/2024

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

O QUE SERÁ CONTRATADO?							
LOTE	Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado	Total**
LOTE I							
01	01	CANETA ESFEROGRAFICA, PONTA 0,5/1.2MM, AZUL (UND)	144-9	UND	10.250	R\$ 1,17	R\$ 11.992,50
	02	CANETA ESFEROGRAFICA, PONTA 0,5/1.2MM, PRETA (UND)	145-7	UND	3.250	R\$ 1,17	R\$ 3.802,50
	03	CANETA ESFEROGRAFICA, PONTA 0,5/1.2MM, VERMELHA (UND)	146-5	UND	3.050	R\$ 1,18	R\$ 3.599,00
	04	CANETA MARCA TEXTO, AZUL, FLUOR PTA.CHANF.1.0/4.0MM, COR.DIVERSAS (UND)	168-6	UND	300	R\$ 1,90	R\$ 570,00
	05	CANETA MARCA TEXTO, LARANJA, FLUOR PTA.CHANF.1.0/4.0MM.(UND)	170-8	UND	300	R\$ 2,19	R\$ 657,00
	06	CANETA MARCA TEXTO, VERDE ,FLUOR PTA.CHANF.1.0/4.0MM. (UND)	171-6	UND	960	R\$ 2,19	R\$ 2.102,40
	07	CANETA MARCA TEXTO, FLUOR,PTA.CHANF.1.0/4.0MM, COR.DIVERSAS (UND)	172-4	UND	1.000	R\$ 2,22	R\$ 2.220,00
	08	CANETA MARCA TEXTO, ROSA, FLUOR.,PTA.CHANF. 1.0/4.0MM (UND)	173-2	UND	1.000	R\$ 2,19	R\$ 2.190,00
	09	CANETA P/ TRANSPARENCIA, COR VERMELHA (UND)	193-7	UND	250	R\$ 3,22	R\$ 805,00
	10	CANETA P/ TRANSPARENCIA, COR PRETA (UND)	194-5	UND	500	R\$ 3,33	R\$ 1.665,00
	11	CANETA P/ TRANSPARENCIA, COR AZUL (UND)	195-3	UND	800	R\$ 3,36	R\$ 2.688,00
	12	LÁPIS COMUM , PRETO, NR 2(UND)	142-2	UND	1.050	R\$ 0,58	R\$ 609,00
	13	MARCADOR P/ QUADRO BRANCO, REC., PONTA 4.0MM, AZUL(UND)	174-0	UND	400	R\$ 3,50	R\$ 1.400,00
	14	MARCADOR P/ QUADRO BRANCO, REC., PONTA 4.0MM, VERMELHA(UND)	176-7	UND	200	R\$ 3,49	R\$ 698,00
	15	MARCADOR P/ QUADRO BRANCO,DESCARTAVEL PONTA 4.0MM, COR PRETA(UND)	177214-7	UND	300	R\$ 3,58	R\$ 1.074,00
	16	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO, RECARREGAVEL, PONTA 4.0MM, CORES DIVERSAS. (UND)	177-5	UND	600	R\$ 3,80	R\$ 2.280,00

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

Trav. Alferes Costa, n. 2.000. Pedreira. Belém. Pará. Brasil. 66.083-106.

Tel.: (91) 4005.2500. Email: cplfhcgvy@gasparvianna.pa.gov.br

	17	PINCEL ATOMICO, PONTA CHANFRADA 4.5MM, RECAR., AZUL(UND)	4681-7	UND	800	R\$ 3,33	R\$ 2.664,00
	18	PINCEL ATOMICO, PONTA CHANFRADA 4.5MM, RECAR., PRETO(UND)	4680-9	UND	250	R\$ 3,33	R\$ 832,00
	19	PINCEL ATOMICO, PONTA CHANFRADA 4.5MM, RECAR., VERMELHA(UND)	4682-5	UND	300	R\$ 3,50	R\$ 1.050,00
TOTAL LOTE I							R\$ 42.898,90
LOTE II							
02	20	COLCHETE METALICO, NR.13 (CX)	697-1	CX	80	R\$ 11,58	R\$ 926,40
	21	COLCHETE METALICO, NR.14 (CX)	703-0	CX	80	R\$ 12,29	R\$ 983,20
	22	CLIQUE NIQUELADO NR.3/0, C/ 50(CX)	66-3	CX	5.000	R\$ 3,78	R\$ 18.900,00
	23	CLIQUE NIQUELADO NR.8/0, C/ 25(CX)	67-1	CX	5.000	R\$ 3,42	R\$ 17.100,00
	24	ESTILETE EM POLIESTIRENO, C/ TRAVA, LAMINA DESC. 9MM (UND)	275-5	UND	680	R\$ 1,98	R\$ 1.346,40
	25	EXTRATOR DE GRAMPO, EM METAL CROMADO, TIPO ESPATULA(UND)	250-0	UND	200	R\$ 3,32	R\$ 664,00
	26	GRAMPEADOR DE MESA, PEQUENO, P/ GRAMPO 26/6MM, 20FL. (UND)	182200-4	UND	1.000	R\$ 16,86	R\$ 16.860,00
	27	GRAMPO P/ GRAMPEADOR, 26/6MM, C/ 1000 (CX)	285-2	CX	4.000	R\$ 2,30	R\$ 9.200,00
	28	GRAMPO P/ PASTA, TRILO, 80MM, POLIPROP., P/600 FLS.,C/50 (PCT)	143476-4	PCT	3.000	R\$ 18,87	R\$ 56.610,00
	29	TESOURA ESCOLAR, PONTA REDONDA, 10CM, CABO EM POLIETILENO(UND)	2867-3	UND	200	R\$ 4,04	R\$ 808,00
	30	PERFURADOR DE PAPEL, EM METAL, 2 FUROS, ATE 35 FOLHAS(UND)	152643-0	UND	300	R\$ 42,25	R\$ 12.675,00
TOTAL LOTE II							R\$ 136.073,00
LOTE III							
03	31	LIVRO P/ PROTOCOLO, C/ 100 FOLHAS NUMERADAS(UND)	313-1	UND	800	R\$ 12,61	R\$ 10.088,00
	32	LIVRO P/ ATA , PAUTADO, 100 FOLHAS (UND)	309-3	UND	300	R\$ 13,93	R\$ 4.179,00
	33	PAPEL A4 (210X27MM) VERGE 180G/M, BRANCO, C/ 50 FOLHA(PCT)	25522-0	PCT	30	R\$ 19,51	R\$ 585,30
	34	PAPEL ALUMINIO, 45CMX7,5M(ROL)	5659-6	ROL	300	R\$ 7,20	R\$ 2.160,00
	35	PAPEL CARBONO COMUM, PETRO, ATÉ 6 COPIAS , CX C/ 100 FOLHAS(CX)	440-5	CX	150	R\$ 46,61	R\$ 6.991,50
	36	PAPEL CONTACT, AUTO ADESIVO, 45CM DE LARGURA (M)	447-2	M	1.000	R\$ 3,86	R\$ 3.860,00
	37	PASTA SIMPLES C/ ELÁSTICO(UND)	39917-5	UND	5.000	R\$ 2,97	R\$ 14.850,00
	38	PASTA EM POLIONDA, C/ ELASTICO, LOMBO 60MM, TAM. OFICIO(UND)	137382-0	UND	2.000	R\$ 5,57	R\$ 11.140,00
	39	PASTA EM POLIONDA, C/ ABA E ELASTICO, LOMBO 55MM, OFICIO(UND)	169927-0	UND	1.000	R\$ 7,28	R\$ 7.280,00
	40	PASTA CATALOGO, SIMPLES, C/ 50 ENVELOPES, TAM. OFICIO(UND)	12119-3	UND	500	R\$ 22,72	R\$ 11.360,00

	41	PASTA SUSPensa PEND.LAT.,MARMORIZADA, 300G/M2,235X370MM(UND)	334-4	UND	800	R\$ 4,58	R\$ 3.664,00
	42	REGISTRADOR AZ, LOMBO LARGO(73 A 85MM), OFICIO, EM PAPEL AO(UND)	326-3	UND	1.000	R\$ 18,05	R\$ 18.050,00
	43	ENVELOPE TIPO SACO GRANDE, AMARELO (UND)	1792-2	UND	40.000	R\$ 0,77	R\$ 30.800,00
	44	ENVELOPE SACO AMARELO, PEQUENO TIMBRADO(UND)	1789-2	UND	20.000	R\$ 1,56	R\$ 31.200,00
TOTAL LOTE III							R\$ 156.207,80
LOTE IV							
04	45	ETIQUETA AUTOADESIVA, C/ TARJA G- 1, 30MM X 5M (ROL)	101-5	ROL	10.000	R\$ 5,15	R\$ 51.500,00
	46	ETIQUETA AUTOADESIVA, C/ TARJA G- 2, 28MM X 5M (ROL)	102-3	ROL	10.000	R\$ 5,80	R\$ 58.000,00
	47	REGUA EM MICA TRANSPARENTE, 30CM(UND)	4689-2	UND	300	R\$ 1,74	R\$ 522,00
	48	PRANCHETA EM ACRILICO, OFICIO(UND)	331-0	UND	800	R\$ 19,21	R\$ 15.368,00
	49	LIGA EM LATEX, FINA, C/ 100G (CX)	251-8	CX	1.500	R\$ 5,28	R\$ 7.920,00
	50	CAIXA ARQUIVO EM PAPEL AO, TAM. OFICIO (UND)	140-6	UND	6.000	R\$ 5,82	R\$ 34.920,00
	51	BANDEJA PARA CORRESPONDÊNCIA DUPLA (UND)	9722-5	UND	200	R\$ 48,28	R\$ 9.656,00
	52	APONTADOR DE LAPIS, EM PLASTICO, C/ 1 FURO (UND)	134-1	UND	100	R\$ 0,96	R\$ 96,00
	53	APAGADOR P/ QUADRO BRANCO MAGNETICO(UND)	2624-7	UND	200	R\$ 4,97	R\$ 994,00
TOTAL LOTE IV							R\$ 178.976,00
LOTE V							
05	54	BORRACHA P/ GRAFITE E TINTA, TAM. APROX. 50 X 16 X 7MM (UND)	93-0	UND	450	R\$ 1,03	R\$ 463,50
	55	CORRETIVO LIQUIDO, BASE D'AGUA, (FRC)	15242-0	FRC	600	R\$ 3,33	R\$ 1.998,00
	56	TINTA P/ CARIMBO, S/ OLEO, 40ML, AZUL(FRC)	13120-2	FRC	60	R\$ 4,85	R\$ 291,00
	57	TINTA P/ CARIMBO, S/ OLEO, PRETA, C/ 40ML(FRC)	15244-7	FRC	60	R\$ 4,85	R\$ 291,00
	58	TINTA P/ DATADOR/NUMERADOR, C/ ÓLEO, PRETA, COMPATIVEL COM CARIMBO TRODAT (FRC)	368-9	FRC	40	R\$ 10,90	R\$ 436,00
	59	COLA PLASTICA, LIQUIDA, BRANCA, 90G (FRC)	263-1	FRC	500	R\$ 3,14	R\$ 1.570,00
	60	FITA P/ EMPACOT., GOMADA LISA, EM PVC, 50MMX50M(ROL)	18481-0	ROL	800	R\$ 5,90	R\$ 4.720,00
	61	FITA ADESIVA TRASNPARENTE, 19MM X 50M(ROL)	475-8	ROL	2.000	R\$ 3,62	R\$ 7.240,00
	62	FITA P/ EMPACOT., CREPE, ADESIVA, 18MM X 30M(ROL)	139634-0	ROL	20.000	R\$ 6,03	R\$ 120.600,00
TOTAL LOTE V							R\$ 137.609,50
VALOR GLOBAL ESTIMADO							R\$ 651.765,20

Justificativa de Aquisição por Lote:

O julgamento da licitação deverá ser por lote para melhor gestão dos contratos pois os serviços serão executados por um único fornecedor por lote.

Da justificativa para a contratação em grupo/lote – O § 3º do art. 3º da IN nº 2/08 prevê excepcionalmente a possibilidade de a Administração instaurar licitação global, em que serviços distintos são agrupados em lotes, desde que essa condição, de forma comprovada e justificada, decorra da necessidade de interrelação entre os serviços contratados, do gerenciamento centralizado ou implique vantagem para a Administração.

- A licitação, para a contratação de que trata o objeto deste Termo de Referência e seus Anexos, em lote justifica-se pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários prestadores de serviços poderão implicar descontinuidade da padronização, bem assim em dificuldades gerenciais, logístico e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário. Somado a isso a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo dos serviços, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos prestadores de serviços.

- O não parcelamento do objeto em itens, nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/1993, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública.

- O agrupamento dos itens faz-se necessário haja vista a economia de escala, a eficiência na fiscalização de contrato e os transtornos que poderiam surgir com a existência de duas ou mais empresas para a execução e supervisão do bem a ser contratado. Assim, com destaque para os princípios da eficiência e economicidade, é imprescindível a licitação por grupo.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

DESCRIÇÃO	A solução integral para a aquisição de materiais de expediente, a ser distribuído nas dependências da Fundação Pública Estadual Hospital das Clínicas Gaspar Vianna é composta pelas seguintes ações: À FPEHCGV, compete: 1. Instruir o processo administrativo para iniciar a contratação; 2. Elaborar o ETP e Termo de Referência; 3. Realizar Pregão Eletrônico;
QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?	A Aquisição em tela visa garantir o Fornecimento de Materiais de Expediente, considerando a não contratação e/ou aquisição dos materiais supramencionados implicará no comprometimento do bom atendimento dos pacientes e consequentemente no funcionamento desta FPEHCGV.

NATUREZA DO BEM

☒ Comum.

☐ Especial.

PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

Trav. Alferes Costa, n. 2.000. Pedreira. Belém. Pará. Brasil. 66.083-106.

Tel.: (91) 4005.2500. Email: cplfhcgv@gasparvianna.pa.gov.br

HAVERÁ PROVA DE QUALIDADE?	☐ Sim. ☒ Não.
O EDITAL EXIGIRÁ AMOSTRA?	☐ Sim. ☒ Não.
HAVERÁ GARANTIA DO BEM?	☒ Sim. O contratado deverá prestar garantia dos bens adquiridos, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da assinatura do contrato. Os chamados referentes à garantia dar-se-ão mediante notificação por escrito, obrigando-se a empresa a atender no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. Nesse aspecto, havendo a necessidade de troca do produto, a empresa contratada deve comprometer-se a substituí-lo por outro de igual especificação e em perfeitas condições, dentro do prazo supramencionado. Esgotado esse prazo, será considerado como atraso, e, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades cabíveis. ☐ Não.
HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	☐ Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados nos itens X e Y , durante N meses, a partir do seu recebimento pela contratante, <i>por meio de empresa credenciada contratada por ele</i> , sem custo para a administração pública. ☒ Não será prestada assistência técnica.
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	
FORMA DE CONTRATAÇÃO	☐ Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, Y , da Lei Federal nº 14.133/21. ☐ Dispensa de licitação em razão do valor* , com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. * Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica. ☐ Dispensa de licitação , com fundamento no art. 75, Y , da Lei Federal n.º 14.133/21. ☒ Pregão eletrônico.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	☒ Menor preço. ☐ Maior desconto.
O ORÇAMENTO ESTIMADO É	☐ Sim. Justificativa: (Indicar o motivo da escolha do orçamento sigiloso para a contratação).

SIGILOSO?	☒ Não.	
CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA	Será selecionada a LICITANTE que apresentar menor preço por Lote.	
HÁ ITENS COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE?	☐ Sim.	Indicar os itens: (Indicar os itens).
	☒ Não.	
REQUISITOS DA CONTRATADA		
SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?	☒ Sim.	Para comprovar a qualificação técnica, a LICITANTE deverá apresentar o seguinte documento de habilitação:
	☐ Não.	
QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS	☒ Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa LICITANTE realizado o fornecimento do objeto, principalmente em razão da diversidade de locais para entrega; A critério da Administração desta Fundação Pública Estadual poderá ser solicitado contratos ou notas fiscais que comprovem as informações contidas nos atestados apresentados; também, poderá ser diligenciado a LICITANTE documentos que comprovem ter condições/capacidade de atendimento em diversos endereços. ☒ Certificado de Cadeia de Custódia, nos termos da ABNT NBR 14790:2014, Certificado Cerflor, FSC ou similares. Justificativa: para constatar a idoneidade em suas obrigações de fornecimento e capacidade técnica, que não conste ato que desabone sua conduta.	

HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?	☐ Sim. I. Papel a) A aquisição de papel livre de cloro PCF, TCF ou ECF. (PCF – Processo livre de cloro; TCF – Totalmente livre de cloro; ECF – Livre de cloro elementar). b) Os produtos oriundos da madeira, como papel, devem ser fabricados com matéria-prima de fontes de manejo sustentável. c) Para todos os materiais de expediente, recomenda-se exigir que os produtos sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis. Meios de comprovação: a) Descrição na embalagem do produto ou no site do fabricante. b) A comprovação da conformidade deverá ser realizada por meio de Certificado de Cadeia de Custódia, nos termos da ABNT NBR 14790:2014, Certificado Cerflor, FSC ou similares. c) Descrição na embalagem do produto ou no site do fabricante. Fundamentação Legal: a) O branqueamento do papel com cloro é prejudicial ao meio ambiente, pois o cloro mistura-se com a água e não é possível eliminá-lo antes de devolvê-lo à natureza. b) O Decreto nº 7.746/2012, em seu art. 4º, inciso VIII, estabelece que a administração pública adotará critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, dentre os quais a utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento. c) A Lei nº 12.305/2010 elenca como um dos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos dar prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para produtos reciclados e recicláveis. II. Lápis. a) Os produtos oriundos da madeira, como lápis, devem ser fabricados com matéria-prima de fontes de manejo sustentável. b) Para todos os materiais de expediente, recomenda-se exigir que os produtos sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis; Meios de comprovação: a) A comprovação da conformidade deverá ser realizada por meio de Certificado de Cadeia de Custódia, nos termos da ABNT NBR 14790:2014, Certificado Cerflor, FSC ou similares. b) Descrição na embalagem do produto ou no site do fabricante. Fundamentação Legal: a) O Decreto nº 7.746/2012, em seu art. 4º, inciso VIII, estabelece que a administração pública adotará critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, dentre os quais a utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento. b) A Lei nº 12.305/2010 elenca como um dos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos dar prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para produtos reciclados e recicláveis III. Canetas, marcadores e pincéis.
---	---

	a) A tinta presente em materiais de expediente, como canetas e marcadores, deve ser preferencialmente atóxica. b) No caso de produtos que possuam plástico em sua composição, como canetas e outros, recomenda-se que seja dada preferência àqueles confeccionados em plástico biodegradável, reciclado e/ou reciclável. c) Para todos os materiais de expediente, recomenda-se exigir que os produtos sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis. Meios de comprovação: Descrição na embalagem do produto ou no site do fabricante; Fundamentação Legal: a) Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010. b) Em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e com as normas ABNT NBR nº 15.448-1 e 15.448-2, de 2008. c) A Lei nº 12.305/2010 elenca como um dos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos dar prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para produtos reciclados e recicláveis. IV. Produtos que possuam plástico em sua composição: No caso de produtos que possuam plástico em sua composição, como canetas e outros, recomenda-se que seja dada preferência àqueles confeccionados em plástico biodegradável, reciclado e/ou reciclável. Meios de comprovação: Descrição na embalagem do produto ou no site do fabricante; Fundamentação Legal: Em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e com as normas ABNT NBR nº 15.448- 1 e 15.448-2, de 2008. ☐ Não.
HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?	☐ Sim. ☒ Não. Especificar: (Os riscos foram analisados em sede de matriz de risco).
FORMA DE ENTREGA DO BEM	
COMO O BEM DEVE SER ENTREGUE?	☐ O bem deve ser totalmente entregue de uma só vez, conforme edital. ☒ O bem deve ser entregue em conforme a necessidade do contratante, em até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da nota de empenho. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior. Caso contrário, o atraso injustificado, será passível de sanção.

LOCAL E HORA DA ENTREGA DO BEM	O bem deve ser entregue na sede da contratante, especificamente no setor de Almoxarifado, cujo endereço é Trav. Alferes Costa, S/N, Pedreira, CEP 66083-106, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e finais de semana), de 08h00 às 16h00.
PRAZO MÁXIMO DE VALIDADE	O prazo de garantia do material será de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias, contados do termo de recebimento definitivo. Os materiais que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas e apresentarem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores das peças originalmente fornecidas. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO	
PRAZO DO CONTRATO	☐ 30 dias (pronta entrega). ☒ 12 meses
HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	☒ Sim, considerando tratar-se de necessidade ordinária e contínua, existe a possibilidade de prorrogação por igual período. ☐ Não.
FORMA DE PAGAMENTO	Meio Ordem bancária.
	Onde? Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará.
	Qual o prazo? Até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.

	A regularidade fiscal pode ser provada: 1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante. ou 2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.
QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?	☐ X% do valor inicial do contrato. ☒ Não há. Justificativa: Não se verifica a necessidade de Garantia Contratual para a viabilidade desta demanda.
DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	
O acompanhamento será realizado pelo servidor Sandro Aragão Santana, matrícula 57123156/1	
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO	Funcional Programática: 10.302.1507.8288 Natureza da Despesa: 339030 Fonte de Recursos: 01659000061, 01659000069, 015001002 03, 01500000001, 01601000049, 02600000049-8751 e suas respectivas subfontes e superavits Plano Interno: 1020008288C

Belém (PA), 15 de julho de 2024.

CÍCERO ROMÃO DOS SANTOS ALBUQUERQUE
COORDENADOR DE SERVIÇOS DE ALMOXARIFADO
MAT. 57192917-1

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA
PROCESSO N.º 404882/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90053/2024
APÊNDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE	
QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?	Aquisição de MATERIAL EXPEDIENTE, para reposição, abastecimento e distribuição entre as áreas assistenciais desta Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna — FPEHCGV, pelo período de 12 (doze) meses.
DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO	
QUAL O TIPO DE OBJETO?	☒ Bem. ☐ Serviço.
QUAL A NATUREZA?	☒ Continuada. ☐ Com monopólio. ☒ Sem monopólio.
	☐ Não continuada.
QUAL A VIGÊNCIA?	☐ 30 dias (pronta entrega). ☐ 180 dias. ☒ 12 meses. ☐ Indeterminado. ☐ dias. ☐ meses. ☐ anos.
PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO?	☒ Sim. ☐ Não
HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?	☐ Sim. ☒ Não. Contrato nº: Prazo final:
	Descrição detalhada

PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE	☒ Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa LICITANTE realizado o fornecimento do objeto, principalmente	Justificativa: Para constatar a idoneidade em suas obrigações de fornecimento e capacidade técnica, que não conste ato que desabone sua conduta.
	em razão da diversidade de locais para entrega; A critério da Administração desta Fundação Pública Estadual poderá ser solicitado contratos ou notas fiscais que comprovem as informações contidas nos atestados apresentados; Também, poderá ser diligenciado a LICITANTE documentos que comprovem ter condições/capacidade de atendimento em diversos endereços. ☒ Certificado de Cadeia de Custódia, nos termos da ABNT NBR 14790:2014, Certificado Cerflor, FSC ou similares.	

HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE?	☒ Sim. I. Especificar: Papel a) A aquisição de papel livre de cloro PCF, TCF ou ECF. (PCF – Processo livre de cloro; TCF – Totalmente livre de cloro; ECF – Livre de cloro elementar). b) Os produtos oriundos da madeira, como papel, devem ser fabricados com matéria-prima de fontes de manejo sustentável. c) Para todos os materiais de expediente, recomenda-se exigir que os produtos sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis. Meios de comprovação: a) Descrição na embalagem do produto ou no site do fabricante. b) A comprovação da conformidade deverá ser realizada por meio de Certificado de Cadeia de Custódia, nos termos da ABNT NBR 14790:2014, Certificado Cerflor, FSC ou similares. c) Descrição na embalagem do produto ou no site do fabricante. Fundamentação Legal: a) O branqueamento do papel com cloro é prejudicial ao meio ambiente, pois o cloro mistura-se com a água e não é possível eliminá-lo antes de devolvê-lo à natureza. b) O Decreto nº 7.746/2012, em seu art. 4º, inciso VIII, estabelece que a administração pública adotará critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, dentre os quais a utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento. c) A Lei nº 12.305/2010 elenca como um dos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos dar
--	--

	prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para produtos reciclados e recicláveis. II. Lápis. a) Os produtos oriundos da madeira, como lápis, devem ser fabricados com matéria-prima de fontes de manejo sustentável. b) Para todos os materiais de expediente, recomenda-se exigir que os produtos sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis; Meios de comprovação: a) A comprovação da conformidade deverá ser realizada por meio de Certificado de Cadeia de Custódia, nos termos da ABNT NBR 14790:2014, Certificado Cerflor, FSC ou similares. b) Descrição na embalagem do produto ou no site do fabricante. Fundamentação Legal: a) O Decreto nº 7.746/2012, em seu art. 4º, inciso VIII, estabelece que a administração pública adotará critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, dentre os quais a utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento. b) A Lei nº 12.305/2010 elenca como um dos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos dar prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para produtos reciclados e recicláveis III. Canetas, marcadores e pincéis. a) A tinta presente em materiais de expediente, como canetas e marcadores, deve ser preferencialmente atóxica. b) No caso de produtos que possuam plástico em sua composição, como canetas e outros, recomenda-se que seja dada preferência àqueles confeccionados em plástico biodegradável, reciclado e/ou reciclável. c) Para todos os materiais de expediente, recomenda-se exigir que os produtos sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis. Meios de comprovação: Descrição na embalagem do produto ou no site do fabricante; Fundamentação Legal: a) Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010. b) Em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e com as normas ABNT NBR nº 15.448-1 e 15.448-2, de 2008. c) A Lei nº 12.305/2010 elenca como um dos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos dar prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para produtos reciclados e recicláveis.
--	--

	IV. Produtos que possuam plástico em sua composição: No caso de produtos que possuam plástico em sua composição, como canetas e outros, recomenda-se que seja dada preferência àqueles confeccionados em plástico biodegradável, reciclado e/ou reutilizável. Meios de comprovação: Descrição na embalagem do produto ou no site do fabricante; Fundamentação Legal: Em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e com as normas ABNT NBR nº 15.448- 1 e 15.448-2, de 2008. ☐ Não.
HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO?	☐ Sim. ☒ Não.
LEVANTAMENTO DE MERCADO	
ONDE FORAM PESQUISADAS AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES?	☐ Consulta a fornecedores. ☒ Contratações similares. ☐ Internet. ☐ Audiência pública. ☐ Outro. Especificar:
JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO	Considerando tratar de demanda primária desta FPEHCGV, Considerando que a Instituição já teve inúmeros problemas com fornecedores quando da ocasião de carona ou partícipe de Ata; Entende-se pela viabilidade do Pregão Eletrônico como solução;
HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?	☐ Sim. ☒ Não.
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	

O QUE SERÁ CONTRATADO?	A contratação em tela visa garantir a Aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE, pelo período de 12 meses, conforme com as especificações constante no Termo de Referência, nas instalações desta FPEHCGV, nas quantidades necessárias ao regular funcionamento desta Fundação, atendendo aos servidores, colaboradores, desta Fundação Pública Estadual Hospital das Clínicas Gaspar Vianna.
	1.- Item: MATERIAL EXPEDIENTE, para reposição, abastecimento e distribuição entre as áreas assistenciais desta Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna — FPEHCGV. 1.1-. Material da embalagem: certificação visa agregar valor ao produto junto ao consumidor, evita problemas de recall e danos ao bem maior que uma empresa tem, sua imagem e nome em conformidade às exigências da Portaria do Inmetro nº 423/2021, que deverão garantir a integridade do produto. 1.2- O material de expediente deve possuir, aparência limpa, isenta de manchas, alterações de cor, ranhuras, rachaduras, emendas e amassamentos, bem como não poderá possuir nenhum tipo de resíduos e odores. Os Materiais não puderam possuir qualquer tipo de deformações internas ou externas. 1.3- Validade do Material de Expediente: no mínimo, de 180(cento e oitenta) meses, contados da data de entrega do produto pelo fornecedor.
QUAL O PRAZO DA GARANTIA CONTRATUAL?	☐ Não há. ☐ 180 dias. ☒ 12 meses. ☐ 30 dias. ☐ meses. ☐ Outro: 00 ☐ anos.
HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	☐ Sim. Justificativa: ☒ Não.
HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?	☐ Sim. Descrever solução: ☒ Não.
ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO	

COMO SE OBTVE O QUANTITATIVO ESTIMADO?	☐ Análise de contratações similares. ☒ Análise de contratações anteriores. Especificar: ☐ Outro.			
DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?	(X UND. Mês) x (12 meses) = Y und.			
ESPECIFICAÇÃO	Item	Descrição	Und	Qtd
	1	CANETA ESFEROGRAFICA, PONTA 0,5/1.2MM, AZUL (UND)	UND	10.250
	2	CANETA ESFEROGRAFICA, PONTA 0,5/1.2MM, PRETA (UND)	UND	3.250
	3	CANETA ESFEROGRAFICA, PONTA 0,5/1.2MM, VERMELHA (UND)	UND	3.050
	4	CANETA MARCA TEXTO, AZUL, FLUOR PTA.CHANF.1.0/4.0MM, COR.DIVERSAS (UND)	UND	300
	5	CANETA MARCA TEXTO, LARANJA, FLUOR PTA.CHANF.1.0/4.0MM.(UND)	UND	300
	6	CANETA MARCA TEXTO, VERDE ,FLUOR PTA.CHANF.1.0/4.0MM. (UND)	UND	960
	7	CANETA MARCA TEXTO, FLUOR,PTA.CHANF.1.0/4.0MM, COR.DIVERSAS (UND)	UND	1.000
	8	CANETA MARCA TEXTO, ROSA, FLUOR.,PTA.CHANF. 1.0/4.0MM (UND)	UND	1.000
	9	CANETA P/ TRANSPARENCIA, COR VERMELHA (UND)	UND	250
	10	CANETA P/ TRANSPARENCIA, COR PRETA (UND)	UND	500
	11	CANETA P/ TRANSPARENCIA, COR AZUL (UND)	UND	800
	12	LÁPIS COMUM , PRETO, NR 2(UND)	UND	1.050
	13	MARCADOR P/ QUADRO BRANCO, REC., PONTA 4.0MM, AZUL(UND)	UND	400
	14	MARCADOR P/ QUADRO BRANCO, REC., PONTA 4.0MM, VERMELHA(UND)	UND	200
	15	MARCADOR P/ QUADRO BRANCO,DESCARTAVEL PONTA 4.0MM, COR PRETA(UND)	UND	300
	16	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO, RECARREGAVEL, PONTA 4.0MM, CORES DIVERSAS. (UND)	UND	600

17	PINCEL ATOMICO, PONTA CHANFRADA 4.5MM, RECAR., AZUL(UND)	UND	800
18	PINCEL ATOMICO, PONTA CHANFRADA 4.5MM, RECAR., PRETO(UND)	UND	250
19	PINCEL ATOMICO, PONTA CHANFRADA 4.5MM, RECAR., VERMELHA(UND)	UND	300
20	COLCHETE METALICO, NR.13 (CX)	CX	80
21	COLCHETE METALICO, NR.14 (CX)	CX	80
22	CLIQUE NIQUELADO NR.3/0, C/ 50(CX)	CX	5.000
23	CLIQUE NIQUELADO NR.8/0, C/ 25(CX)	CX	5.000
24	ESTILETE EM POLIESTIRENO, C/ TRAVA, LAMINA DESC. 9MM (UND)	UND	680
25	EXTRATOR DE GRAMPO, EM METAL CROMADO, TIPO ESPATULA(UND)	UND	200
26	GRAMPEADOR DE MESA, PEQUENO, P/ GRAMPO 26/6MM, 20FL. (UND)	UND	1.000
27	GRAMPO P/ GRAMPEADOR, 26/6MM, C/ 1000 (CX)	CX	4.000
28	GRAMPO P/ PASTA, TRILHO, 80MM, POLIPROP., P/600 FLS.,C/50 (PCT)	PCT	3.000
29	TESOURA ESCOLAR, PONTA REDONDA, 10CM, CABO EM POLIETILENO(UND)	UND	200
30	PERFURADOR DE PAPEL, EM METAL, 2 FUROS, ATE 35 FOLHAS(UND)	UND	300
31	LIVRO P/ PROTOCOLO, C/ 100 FOLHAS NUMERADAS(UND)	UND	800
32	LIVRO P/ ATA , PAUTADO, 100 FOLHAS (UND)	UND	300
33	PAPEL A4 (210X27MM) VERGE 180G/M, BRANCO, C/ 50 FOLHA(PCT)	PCT	30
34	PAPEL ALUMINIO, 45CMX7,5M(ROL)	ROL	300
35	PAPEL CARBONO COMUM, PETRO, ATÉ 6 COPIAS , CX C/ 100 FOLHAS(CX)	CX	150
36	PAPEL CONTACT, AUTO ADESIVO, 45CM DE LARGURA (M)	M	1.000
37	PASTA SIMPLES C/ ELÁSTICO(UND)	UND	5.000
38	PASTA EM POLIONDA, C/ ELASTICO, LOMBO 60MM, TAM. OFICIO(UND)	UND	2.000
39	PASTA EM POLIONDA, C/ ABA E ELASTICO, LOMBO 55MM, OFICIO(UND)	UND	1.000
40	PASTA CATALOGO, SIMPLES, C/ 50 ENVELOPES, TAM. OFICIO(UND)	UND	500
41	PASTA SUSPENSA PEND.LAT.,MARMORIZADA, 300G/M2,235X370MM(UND)	UND	800
42	REGISTRADOR AZ, LOMBO LARGO(73 A 85MM), OFICIO, EM PAPELAO(UND)	UND	1.000

43	ENVELOPE TIPO SACO GRANDE, AMARELO (UND)	UND	40.000
44	ENVELOPE SACO AMARELO, PEQUENO TIMBRADO(UND)	UND	20.000
45	ETIQUETA AUTOADESIVA, C/ TARJA G-1, 30MM X 5M (ROL)	ROL	10.000
46	ETIQUETA AUTOADESIVA, C/ TARJA G-2, 28MM X 5M (ROL)	ROL	10.000
47	REGUA EM MICA TRANSPARENTE, 30CM(UND)	UND	300
48	PRANCHETA EM ACRILICO, OFICIO(UND)	UND	800
49	LIGA EM LATEX, FINA, C/ 100G (CX)	CX	1.500
50	CAIXA ARQUIVO EM PAPELÃO, TAM. OFICIO (UND)	UND	6.000
51	BANDEJA PARA CORRESPONDÊNCIA DUPLA (UND)	UND	200
52	APONTADOR DE LAPIS, EM PLASTICO, C/ 1 FURO (UND)	UND	100
53	APAGADOR P/ QUADRO BRANCO MAGNETICO(UND)	UND	200
54	BORRACHA P/ GRAFITE E TINTA, TAM. APROX. 50 X 16 X 7MM (UND)	UND	450
55	CORRETIVO LIQUIDO, BASE D'AGUA, (FRC)	FRC	600
56	TINTA P/ CARIMBO, S/ OLEO, 40ML, AZUL(FRC)	FRC	60
57	TINTA P/ CARIMBO, S/ OLEO, PRETA, C/ 40ML(FRC)	FRC	60
58	TINTA P/ DATADOR/NUMERADOR, C/ ÓLEO, PRETA, COMPATIVEL COM CARIMBO TRODAT (FRC)	FRC	40
59	COLA PLASTICA, LIQUIDA, BRANCA, 90G (FRC)	FRC	500
60	FITA P/ EMPACOT., GOMADA LISA, EM PVC, 50MMX50M(ROL)	ROL	800
61	FITA ADESIVA TRASNPARENTE, 19MM X 50M(ROL)	ROL	2.000
62	FITA P/ EMPACOT., CREPE, ADESIVA, 18MM X 30M(ROL)	ROL	20.000

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

MEIOS USADOS NA PESQUISA	☒ Contratações similares. ☐ Pannel de preços. ☐ Simas. ☐ Fornecedores. ☐ Internet. ☐ Outro.				
	Especificar:				
	Item	Descrição	Valor or	Qtd	Valor Total

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

Trav. Alferes Costa, n. 2.000. Pedreira. Belém. Pará. Brasil. 66.083-106.

Tel.: (91) 4005.2500. Email: cplfhcgvy@gasparvianna.pa.gov.br

			Unitá rio		
ESTIMATIVA DE PREÇO	1.	CANETA ESFEROGRAFICA, PONTA 0,5/1.2MM, AZUL (UND)	R\$ 1,17	10.250	R\$ 11.992,50
	2.	CANETA ESFEROGRAFICA, PONTA 0,5/1.2MM, PRETA (UND)	R\$ 1,17	3.250	R\$ 3.802,50
	3.	CANETA ESFEROGRAFICA, PONTA 0,5/1.2MM, VERMELHA (UND)	R\$ 1,18	3.050	R\$ 3.599,00
	4.	CANETA MARCA TEXTO, AZUL, FLUOR PTA.CHANF.1.0/4.0MM, COR.DIVERSAS (UND)	R\$ 1,90	300	R\$ 570,00
	5.	CANETA MARCA TEXTO, LARANJA, FLUOR PTA.CHANF.1.0/4.0MM.(UND)	R\$ 2,19	300	R\$ 657,00
	6.	CANETA MARCA TEXTO, VERDE ,FLUOR PTA.CHANF.1.0/4.0MM. (UND)	R\$ 2,19	960	R\$ 2.102,40
	7.	CANETA MARCA TEXTO, FLUOR,PTA.CHANF.1.0/4.0MM, COR.DIVERSAS (UND)	R\$ 2,22	1.000	R\$ 2.220,00
	8.	CANETA MARCA TEXTO, ROSA, FLUOR,PTA.CHANF. 1.0/4.0MM (UND)	R\$ 2,19	1.000	R\$ 2.190,00
	9.	CANETA P/ TRANSPARENCIA, COR VERMELHA (UND)	R\$ 3,22	250	R\$ 805,00
	10.	CANETA P/ TRANSPARENCIA, COR PRETA (UND)	R\$ 3,33	500	R\$ 1.665,00
	11.	CANETA P/ TRANSPARENCIA, COR AZUL (UND)	R\$ 3,36	800	R\$ 2.688,00
	12.	LÁPIS COMUM, PRETO, NR 2(UND)	R\$ 0,58	1.050	R\$ 609,00
	13.	MARCADOR P/ QUADRO BRANCO, REC., PONTA 4.0MM, AZUL(UND)	R\$ 3,50	400	R\$ 1.400,00
	14.	MARCADOR P/ QUADRO BRANCO, REC., PONTA 4.0MM, VERMELHA(UND)	R\$ 3,49	200	R\$ 698,00
	15.	MARCADOR P/ QUADRO BRANCO,DESCARTAVEL PONTA 4.0MM, COR PRETA(UND)	R\$ 3,58	300	R\$ 1.074,00
	16.	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO, RECARREGAVEL, PONTA 4.0MM, CORES DIVERSAS. (UND)	R\$ 3,80	600	R\$ 2.280,00
	17.	PINCEL ATOMICO, PONTA CHANFRADA 4.5MM, RECAR., AZUL(UND)	R\$ 3,33	800	R\$ 2.664,00
	18.	PINCEL ATOMICO, PONTA CHANFRADA 4.5MM, RECAR., PRETO(UND)	R\$ 3,33	250	R\$ 832,50

19	PINCEL ATOMICO, PONTA CHANFRADA 4.5MM, RECAR., VERMELHA(UND)	R\$ 3,50	300	R\$ 1.050,00
20	COLCHETE METALICO, NR.13 (CX)	R\$ 11,58	80	R\$ 926,40
21	COLCHETE METALICO, NR.14 (CX)	R\$ 12,29	80	R\$ 983,20
22	CLIQUE NIQUELADO NR.3/0, C/ 50(CX)	R\$ 3,78	5.000	R\$ 18.900,00
23	CLIQUE NIQUELADO NR.8/0, C/ 25(CX)	R\$ 3,42	5.000	R\$ 17.100,00
24	ESTILETE EM POLIESTIRENO, C/ TRAVA, LAMINA DESC. 9MM (UND)	R\$ 1,98	680	R\$ 1.346,40
25	EXTRATOR DE GRAMPO, EM METAL CROMADO, TIPO ESPATULA(UND)	R\$ 3,32	200	R\$ 664,00
26	GRAMPEADOR DE MESA, PEQUENO, P/ GRAMPO 26/6MM, 20FL. (UND)	R\$ 16,86	1.000	R\$ 16.860,00
27	GRAMPO P/ GRAMPEADOR, 26/6MM, C/ 1000 (CX)	R\$ 2,30	4.000	R\$ 9.200,00
28	GRAMPO P/ PASTA, TRILHO, 80MM, POLIPROP., P/600 FLS.,C/50 (PCT)	R\$ 18,87	3.000	R\$ 56.610,00
29	TESOURA ESCOLAR, PONTA REDONDA, 10CM, CABO EM POLIETILENO (UND)	R\$ 4,04	200	R\$ 808,00
30	PERFURADOR DE PAPEL, EM METAL, 2 FUROS, ATE 35 FOLHAS(UND)	R\$ 42,25	300	R\$ 12.675,00
31	LIVRO P/ PROTOCOLO, C/ 100 FOLHAS NUMERADAS(UND)	R\$ 12,61	800	R\$ 10.088,00
32	LIVRO P/ ATA , PAUTADO, 100 FOLHAS (UND)	R\$ 13,93	300	R\$ 4.179,00
33	PAPEL A4 (210X27MM) VERGE 180G/M, BRANCO, C/ 50 FOLHA(PCT)	R\$ 19,51	30	R\$ 585,30
34	PAPEL ALUMINIO, 45CMX7,5M(ROL)	R\$ 7,20	300	R\$ 2.160,00
35	PAPEL CARBONO COMUM, PETRO, ATÉ 6 COPIAS , CX C/ 100 FOLHAS(CX)	R\$ 46,61	150	R\$ 6.991,50
36	PAPEL CONTACT, AUTO ADESIVO, 45CM DE LARGURA (M)	R\$ 3,86	1.000	R\$ 3.860,00
37	PASTA SIMPLES C/ ELÁSTICO(UND)	R\$ 2,97	5.000	R\$ 14.850,00
38	PASTA EM POLIONDA, C/ ELASTICO, LOMBO 60MM, TAM. OFICIO(UND)	R\$ 5,57	2.000	R\$ 11.140,00

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

Trav. Alferes Costa, n. 2.000. Pedreira. Belém. Pará. Brasil. 66.083-106.

Tel.: (91) 4005.2500. Email: cplfhcgvy@gasparvianna.pa.gov.br

	39	PASTA EM POLIONDA, C/ ABA E ELASTICO, LOMBO 55MM, OFICIO(UND)	R\$ 7,28	1.000	R\$ 7.280,00
	40	PASTA CATALOGO, SIMPLES, C/ 50 ENVELOPES, TAM. OFICIO(UND)	R\$ 22,72	500	R\$ 11.360,00
	41	PASTA SUSPENSA PEND.LAT.,MARMORIZADA, 300G/M2,235X370MM(UND)	R\$ 4,58	800	R\$ 3.664,00
	42	REGISTRADOR AZ, LOMBO LARGO(73 A 85MM), OFICIO, EM PAPELAO(UND)	R\$ 18,05	1.000	R\$ 18.050,00
	43	ENVELOPE TIPO SACO GRANDE, AMARELO (UND)	R\$ 0,77	40.000	R\$ 30.800,00
	44	ENVELOPE SACO AMARELO, PEQUENO TIMBRADO(UND)	R\$ 1,56	20.000	R\$ 31.200,00
	45	ETIQUETA AUTOADESIVA, C/ TARJA G-1, 30MM X 5M (ROL)	R\$ 5,15	10.000	R\$ 51.500,00
	46	ETIQUETA AUTOADESIVA, C/ TARJA G-2, 28MM X 5M (ROL)	R\$ 5,80	10.000	R\$ 58.000,00
	47	REGUA EM MICA TRANSPARENTE, 30CM(UND)	R\$ 1,74	300	R\$ 522,00
	48	PRANCHETA EM ACRILICO, OFICIO(UND)	R\$ 19,21	800	R\$ 15.368,00
	49	LIGA EM LATEX, FINA, C/ 100G (CX)	R\$ 5,28	1.500	R\$ 7.920,00
	50	CAIXA ARQUIVO EM PAPELAO, TAM. OFICIO (UND)	R\$ 5,82	6.000	R\$ 34.920,00
	51	BANDEJA PARA CORRESPONDÊNCIA DUPLA (UND)	R\$ 48,28	200	R\$ 9.656,00
	52	APONTADOR DE LAPIS, EM PLASTICO, C/ 1 FURO (UND)	R\$ 0,96	100	R\$ 96,00
	53	APAGADOR P/ QUADRO BRANCO MAGNETICO(UND)	R\$ 4,97	200	R\$ 994,00
	54	BORRACHA P/ GRAFITE E TINTA, TAM. APROX. 50 X 16 X 7MM (UND)	R\$ 1,03	450	R\$ 463,50
	55	CORRETIVO LIQUIDO, BASE D'AGUA, (FRC)	R\$ 3,33	600	R\$ 1.998,00
	56	TINTA P/ CARIMBO, S/ OLEO, 40ML, AZUL(FRC)	R\$ 4,85	60	R\$ 291,00
	57	TINTA P/ CARIMBO, S/ OLEO, PRETA, C/ 40ML(FRC)	R\$ 4,85	60	R\$ 291,00
	58	TINTA P/ DATADOR/NUMERADOR, C/ ÓLEO, PRETA, COMPATIVEL COM CARIMBO TRODAT (FRC)	R\$ 10,90	40	R\$ 436,00
	59	COLA PLASTICA, LIQUIDA, BRANCA, 90G (FRC)	R\$ 3,14	500	R\$ 1.570,00
	60	FITA P/ EMPACOT., GOMADA LISA, EM PVC, 50MMX50M(ROL)	R\$ 5,90	800	R\$ 4.720,00

	61	FITA ADESIVA TRANSPARENT, 19MM X 50M(ROL)	R\$ 3,62	2.000	R\$ 7.240,00
	62	FITA P/ EMPACOT., CREPE, ADESIVA, 18MM X 30M(ROL)	R\$ 6,03	20.000	R\$ 120.600,00
				TOTAL	R\$ 651.765,20

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

A SOLUÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM ITENS?	☐ Sim. ☒ Não. ☐ Objeto ☐ Perda de escala. indivisível. ☐ Tecnicamente ☐ Economicamente inviável. inviável. ☐ Outro. ☐ Aproveitamento da competitividade ☒ Por quê?
	☒ Especificar: (A aquisição será feita em Lote: O julgamento da licitação deverá ser por lote para melhor gestão dos contratos pois os serviços serão executados por um único fornecedor por lote. Da justificativa para a contratação em grupo/lote – O § 3º do art. 3º da IN nº 2/08 prevê excepcionalmente a possibilidade de a Administração instaurar licitação global, em que serviços distintos são agrupados em lotes, desde que essa condição, de forma comprovada e justificada, decorra da necessidade de interrelação entre os serviços contratados, do gerenciamento centralizado ou implique vantagem para a Administração. - A licitação, para a contratação de que trata o objeto deste Termo de Referência e seus Anexos, em lote justifica-se pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários prestadores de serviços poderão implicar descontinuidade da padronização, bem assim em dificuldades gerenciais, logístico e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário. Somado a isso a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo dos serviços, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos prestadores de serviços. - O não parcelamento do objeto em itens, nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/1993, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública. - O agrupamento dos itens faz-se necessário haja vista a economia de escala, a eficiência na fiscalização de contrato e os transtornos que poderiam surgir com a existência de duas ou mais empresas para a execução e supervisão do bem a ser contratado. Assim, com destaque para os princípios da eficiência e economicidade, é imprescindível a licitação por grupo.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES	
HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES?	Especificar: ☐ Sim. ☒ Não.
ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO	
HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?	☐ Sim. ☒ Não. Providências: O PCA encontra-se em construção.
RESULTADOS PRETENDIDOS	
QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?	☐ Manutenção do Funcionamento Administrativo ☐ Redução dos Riscos do Trabalho ☒ Serviço/Bem de Consumo ☐ Outro. ☐ Redução de Custos ☐ Aproveitamento de Recursos Humanos ☐ Ganho de Eficiência ☐ Realização de Política Pública Especificar:
PROVIDÊNCIAS PENDENTES	
HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?	☐ Sim. ☒ Não. Especificar:
IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	

HÁ PREVISÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NA CONTRATAÇÃO?	☐ Sim.	Especificar os impactos.
	☒ Não.	Especificar as medidas de mitigação dos impactos:
CONCLUSÃO		
A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?		☒ Sim. ☐ Não.

Belém (PA), 8 de abril de 2024.

Cícero Romão dos Santos
 Albuquerque Coord. Do serv. De
 almoxarifado
 Mat. 57192917-1

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA
PROCESSO N.º 404882/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90053/2024
ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

RESUMO

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

Estado do Pará |

CNPJ nº 22.980.973/0001-77



CONTRATADO

Nome da pessoa física

CPF nº xxx.xxx.xxx-xx.

ou

Nome da razão social da pessoa jurídica

CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx.



OBJETO

Aquisição de material de expediente a ser distribuído nas dependências da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna — FPEHCGV.



LOCAL DE ENTREGA

Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna – FPEHCGV, no setor de Almoxarifado, situado à Travessa Alferes Costa n.º 2.000 – Bairro: Pedreira – CEP: 66.083.106 – na cidade de Belém, Estado do Pará, **de segunda à sexta-feira, exceto feriados e finais de semana**), de 08h00 às 16h00.

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

Trav. Alferes Costa, n. 2.000. Pedreira. Belém. Pará. Brasil. 66.083-106.

Tel.: (91) 4005.2500. Email: cplfhcgv@gasparvianna.pa.gov.br



VALOR TOTAL

R\$ xxx.xxx,xx.

REAJUSTE

Índice ☐ IPCA ☐ INPC ☐ INCC ☒ IGP-M

Período A cada **12 meses**, a contar de xx/xx/xxxx (data do orçamento estimado).

PAGAMENTO

Forma Ordem bancária.

Prazo **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.



FISCALIZAÇÃO

O fiscal do contrato será o servidor Sandro Aragão Santana (Matrícula nº 57123156/1)



VIGÊNCIA

Prazo **12 meses**.

Início **dd/mm/aaaa**.

Fim **dd/mm/aaaa**.

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA 1

Partes

Este contrato tem como PARTES:

CONTRATANTE

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DAS CLÍNICAS GASPAR VIANNA, CNPJ nº 22.980.973/0001-77, com sede na Tv. Alferes Costa nº 2.000, Bairro da Pedreira, CEP 66083-106, na Cidade de Belém, Estado do Pará, neste ato representado pela Diretora Presidente Heloisa Maria Melo e Silva Guimarães, brasileira, médica, portadora do RG n. 3323065 PC/PA e CPF n.º 283.529.202-00, residente e domiciliada nesta cidade no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 02 de fevereiro de 2023, publicado no DOE nº 35.277 de 03 de fevereiro de 2023.

NOME DA PESSOA FÍSICA, RG nº xxxxx PC/UF e CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio na [inserir endereço].

ou

CONTRATADO

NOME DA RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA, CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na [inserir endereço], neste ato representado por [**NOME DO REPRESENTANTE DA PJ**], RG nº xxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio na [inserir endereço].

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

2.1 O presente contrato é oriundo do **Pregão Eletrônico nº 90053/2024** constante no PAE nº 2024/404882 e é regido pela Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 O objeto da contratação é a aquisição de material de expediente a ser distribuído nas dependências da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna — FPEHCGV, pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrito no Termo de Referência, o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

3.2 Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante, e aos anexos desses documentos.

3.3 Os bens contratados são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

O QUE SERÁ CONTRATADO?							
LOTE	Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado	Total**
LOTE I							
01	01	CANETA ESFEROGRAFICA, PONTA 0,5/1.2MM, AZUL (UND)	144-9	UND	10.250	R\$	R\$
	02	CANETA ESFEROGRAFICA, PONTA 0,5/1.2MM, PRETA (UND)	145-7	UND	3.250	R\$	R\$
	03	CANETA ESFEROGRAFICA, PONTA 0,5/1.2MM, VERMELHA (UND)	146-5	UND	3.050	R\$	R\$
	04	CANETA MARCA TEXTO, AZUL, FLUOR PTA.CHANF.1.0/4.0MM, COR.DIVERSAS (UND)	168-6	UND	300	R\$	R\$
	05	CANETA MARCA TEXTO, LARANJA, FLUOR PTA.CHANF.1.0/4.0MM.(UND)	170-8	UND	300	R\$	R\$
	06	CANETA MARCA TEXTO, VERDE ,FLUOR PTA.CHANF.1.0/4.0MM. (UND)	171-6	UND	960	R\$	R\$
	07	CANETA MARCA TEXTO, FLUOR,PTA.CHANF.1.0/4.0MM, COR.DIVERSAS (UND)	172-4	UND	1.000	R\$	R\$
	08	CANETA MARCA TEXTO, ROSA, FLUOR.,PTA.CHANF. 1.0/4.0MM (UND)	173-2	UND	1.000	R\$	R\$
	09	CANETA P/ TRANSPARENCIA, COR VERMELHA (UND)	193-7	UND	250	R\$	R\$
	10	CANETA P/ TRANSPARENCIA, COR PRETA (UND)	194-5	UND	500	R\$	R\$
	11	CANETA P/ TRANSPARENCIA, COR AZUL (UND)	195-3	UND	800	R\$	R\$
	12	LÁPIS COMUM , PRETO, NR 2(UND)	142-2	UND	1.050	R\$	R\$
	13	MARCADOR P/ QUADRO BRANCO, REC., PONTA 4.0MM, AZUL(UND)	174-0	UND	400	R\$	R\$
	14	MARCADOR P/ QUADRO BRANCO, REC., PONTA 4.0MM, VERMELHA(UND)	176-7	UND	200	R\$	R\$
	15	MARCADOR P/ QUADRO BRANCO,DESCARTAVEL PONTA 4.0MM, COR PRETA(UND)	177214-7	UND	300	R\$	R\$
	16	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO, RECARREGAVEL, PONTA 4.0MM, CORES DIVERSAS. (UND)	177-5	UND	600	R\$	R\$
	17	PINCEL ATOMICO, PONTA CHANFRADA 4.5MM, RECAR., AZUL(UND)	4681-7	UND	800	R\$	R\$
	18	PINCEL ATOMICO, PONTA CHANFRADA 4.5MM, RECAR., PRETO(UND)	4680-9	UND	250	R\$	R\$
	19	PINCEL ATOMICO, PONTA CHANFRADA 4.5MM, RECAR.,	4682-5	UND	300	R\$	R\$

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

Trav. Alferes Costa, n. 2.000. Pedreira. Belém. Pará. Brasil. 66.083-106.

Tel.: (91) 4005.2500. Email: cplfhcgcv@gasparvianna.pa.gov.br

		VERMELHA(UND)					
TOTAL LOTE I							R\$
LOTE II							
02	20	COLCHETE METALICO, NR.13 (CX)	697-1	CX	80	R\$	R\$
	21	COLCHETE METALICO, NR.14 (CX)	703-0	CX	80	R\$	R\$
	22	CLIQUE NIQUELADO NR.3/0, C/ 50(CX)	66-3	CX	5.000	R\$	R\$
	23	CLIQUE NIQUELADO NR.8/0, C/ 25(CX)	67-1	CX	5.000	R\$	R\$
	24	ESTILETE EM POLIESTIRENO, C/ TRAVA, LAMINA DESC. 9MM (UND)	275-5	UND	680	R\$	R\$
	25	EXTRATOR DE GRAMPO, EM METAL CROMADO, TIPO ESPATULA(UND)	250-0	UND	200	R\$	R\$
	26	GRAMPEADOR DE MESA, PEQUENO, P/ GRAMPO 26/6MM, 20FL. (UND)	182200-4	UND	1.000	R\$	R\$
	27	GRAMPO P/ GRAMPEADOR, 26/6MM, C/ 1000 (CX)	285-2	CX	4.000	R\$	R\$
	28	GRAMPO P/ PASTA, TRILHO, 80MM, POLIPROP., P/600 FLS.,C/50 (PCT)	143476-4	PCT	3.000	R\$	R\$
	29	TESOURA ESCOLAR, PONTA REDONDA, 10CM, CABO EM POLIETILENO(UND)	2867-3	UND	200	R\$	R\$
	30	PERFURADOR DE PAPEL, EM METAL, 2 FUROS, ATE 35 FOLHAS(UND)	152643-0	UND	300	R\$	R\$
TOTAL LOTE II							R\$
LOTE III							
03	31	LIVRO P/ PROTOCOLO, C/ 100 FOLHAS NUMERADAS(UND)	313-1	UND	800	R\$	R\$
	32	LIVRO P/ ATA , PAUTADO, 100 FOLHAS (UND)	309-3	UND	300	R\$	R\$
	33	PAPEL A4 (210X27MM) VERGE 180G/M, BRANCO, C/ 50 FOLHA(PCT)	25522-0	PCT	30	R\$	R\$
	34	PAPEL ALUMINIO, 45CMX7,5M(ROL)	5659-6	ROL	300	R\$	R\$
	35	PAPEL CARBONO COMUM, PETRO, ATÉ 6 COPIAS , CX C/ 100 FOLHAS(CX)	440-5	CX	150	R\$	R\$
	36	PAPEL CONTACT, AUTO ADESIVO, 45CM DE LARGURA (M)	447-2	M	1.000	R\$	R\$
	37	PASTA SIMPLES C/ ELÁSTICO(UND)	39917-5	UND	5.000	R\$	R\$
	38	PASTA EM POLIONDA, C/ ELASTICO, LOMBO 60MM, TAM. OFICIO(UND)	137382-0	UND	2.000	R\$	R\$
	39	PASTA EM POLIONDA, C/ ABA E ELASTICO, LOMBO 55MM, OFICIO(UND)	169927-0	UND	1.000	R\$	R\$
	40	PASTA CATALOGO, SIMPLES, C/ 50 ENVELOPES, TAM. OFICIO(UND)	12119-3	UND	500	R\$	R\$
	41	PASTA SUSPENSAS PEND.LAT.,MARMORIZADA, 300G/M2,235X370MM(UND)	334-4	UND	800	R\$	R\$
	42	REGISTRADOR AZ, LOMBO LARGO(73 A 85MM), OFICIO, EM PAPELAO(UND)	326-3	UND	1.000	R\$	R\$
	43	ENVELOPE TIPO SACO GRANDE, AMARELO (UND)	1792-2	UND	40.000	R\$	R\$
	44	ENVELOPE SACO AMARELO, PEQUENO TIMBRADO(UND)	1789-2	UND	20.000	R\$	R\$
TOTAL LOTE III							R\$

LOTE IV							
04	45	ETIQUETA AUTOADESIVA, C/ TARJA G-1, 30MM X 5M (ROL)	101-5	ROL	10.000	R\$	R\$
	46	ETIQUETA AUTOADESIVA, C/ TARJA G-2, 28MM X 5M (ROL)	102-3	ROL	10.000	R\$	R\$
	47	REGUA EM MICA TRANSPARENTE, 30CM(UND)	4689-2	UND	300	R\$	R\$
	48	PRANCHETA EM ACRILICO, OFICIO(UND)	331-0	UND	800	R\$	R\$
	49	LIGA EM LATEX, FINA, C/ 100G (CX)	251-8	CX	1.500	R\$	R\$
	50	CAIXA ARQUIVO EM PAPELÃO, TAM. OFICIO (UND)	140-6	UND	6.000	R\$	R\$
	51	BANDEJA PARA CORRESPONDÊNCIA DUPLA (UND)	9722-5	UND	200	R\$	R\$
	52	APONTADOR DE LAPIS, EM PLASTICO, C/ 1 FURO (UND)	134-1	UND	100	R\$	R\$
	53	APAGADOR P/ QUADRO BRANCO MAGNETICO(UND)	2624-7	UND	200	R\$	R\$
TOTAL LOTE IV							R\$
LOTE V							
05	54	BORRACHA P/ GRAFITE E TINTA, TAM. APROX. 50 X 16 X 7MM (UND)	93-0	UND	450	R\$	R\$
	55	CORRETIVO LIQUIDO, BASE D'AGUA, (FRC)	15242-0	FRC	600	R\$	R\$
	56	TINTA P/ CARIMBO, S/ OLEO, 40ML, AZUL(FRC)	13120-2	FRC	60	R\$	R\$
	57	TINTA P/ CARIMBO, S/ OLEO, PRETA, C/ 40ML(FRC)	15244-7	FRC	60	R\$	R\$
	58	TINTA P/ DATADOR/NUMERADOR, C/ ÓLEO, PRETA, COMPATIVEL COM CARIMBO TRODAT (FRC)	368-9	FRC	40	R\$	R\$
	59	COLA PLASTICA, LIQUIDA, BRANCA, 90G (FRC)	263-1	FRC	500	R\$	R\$
	60	FITA P/ EMPACOT., GOMADA LISA, EM PVC, 50MMX50M(ROL)	18481-0	ROL	800	R\$	R\$
	61	FITA ADESIVA TRANSPARENT, 19MM X 50M(ROL)	475-8	ROL	2.000	R\$	R\$
	62	FITA P/ EMPACOT., CREPE, ADESIVA, 18MM X 30M(ROL)	139634-0	ROL	20.000	R\$	R\$
TOTAL LOTE V							R\$
VALOR GLOBAL ESTIMADO (LI + LII + LIII + LIV + LV)							R\$

CLÁUSULA 4

Local e hora da entrega dos bens

4.1 Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna – FPEHCGV, no setor de Almoxarifado, situado à Travessa Alferes Costa n.º 2.000 – Bairro: Pedreira – CEP: 66.083.106 – na cidade de Belém, Estado do Pará, **de segunda à sexta-feira, exceto feriados e finais de semana**), de 08h00 às 16h00.

CLÁUSULA 5

Preço

5.1 O valor global do contrato é **R\$ xxx.xxx,xx** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

CLÁUSULA 6

Dotação orçamentária

6.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de **2024**, na classificação abaixo:

Funcional Programática: 10.302.1507.8288; Natureza da Despesa: 339030; Fonte de Recursos: 01659000061, 01659000069, 01500100203, 01500000001, 01601000049, 02600000049-8751 e suas respectivas subfontes e superavits Plano Interno - PI 1020008288C

CLÁUSULA 7

Reajuste

7.1 O contrato será reajustado pelo **IGP-M**.

7.2 É devido reajuste contratual apenas a cada **12 meses**, a contar de **dd/mm/aaaa**.

7.3 O reajuste se *restringirá* ao valor do *saldo contratual* existente na data em que aquele for devido.

7.4 O reajuste será realizado *de ofício* pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3.

7.5 O reajuste será automático e independerá de requerimento do CONTRATADO.

7.6 O reajuste será realizado por *simples apostila*.

7.7 No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.8 Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.

7.9 Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

CLÁUSULA 8

Pagamento

8.1 O pagamento será realizado em **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

8.2 O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da CONTRATADO, cujos dados são:

Banco	Banpará.
Agência	XXXX-X.
Conta	XXXXXX-X.

8.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.

8.4 Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.

8.5 A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

8.6 A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

8.7 A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

8.8 Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

8.9 A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento do serviço que já foi prestado.

8.10 Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente será pago o serviço que já foi prestado.

8.11 Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.

8.12 A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

8.13 O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

8.14 O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

CLÁUSULA 9

Garantia de cumprimento contratual

☐ **9.1** Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste contrato.

☒ **9.1** O CONTRATADO garantirá o cumprimento do contrato mediante a prestação de uma das modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, a sua escolha.

9.2 A garantia corresponderá a **5%** (de acordo com o Termo de Referência) do valor atualizado do contrato.

9.3 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta bancária de titularidade do CONTRATANTE, cujos dados são:

Banco	Banpará.
Agência	XXXX-X.
Conta	XXXXXX-X.

9.4 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do CONTRATANTE, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo CONTRATANTE.

9.5 No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser atualizada ou renovada nas mesmas condições.

9.6 Se a garantia for utilizada em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO fica obrigado a recompor o que tiver sido usado no prazo de **15 dias úteis**, a contar de sua notificação.

9.7 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação.

9.8 A garantia prestada pelo CONTRATADO será liberada ou restituída após a execução total do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do CONTRATANTE.

9.9 Quando a garantia for em dinheiro, o valor a ser devolvido, nos termos do item 9.8, será corrigido monetariamente.

9.10 A garantia de execução do contrato não desobriga o CONTRATADO de apresentar a garantia contratual dos bens adquiridos, legal e do fabricante, a qual deve ser de **15 dias úteis**, no mínimo.

CLÁUSULA 10

Obrigações das partes

10.1 O CONTRATANTE tem a obrigação de:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.
- b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c. Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.
- e. Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.
- f. Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- g. Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

10.2 O CONTRATADO tem a obrigação de:

- a. Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e seus anexos, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes de sua execução.
- b. Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostos pelo CONTRATANTE de até **25%** do valor atualizado do contrato nas mesmas condições pactuadas inicialmente.
- c. Manter preposto aceito pelo CONTRATANTE no local da entrega dos bens para o representar na execução do contrato.
- d. A indicação do preposto do CONTRATADO ou a sua manutenção poderá ser recusada pelo CONTRATANTE mediante justificativa, devendo o CONTRATADO designar outro para o exercício da atividade.
- e. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- f. Durante a vigência do contrato, não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

g. Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:

1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.
4. Certidão de Regularidade do FGTS.
5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
6. Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.

h. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato e obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

i. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.

j. Por determinação do CONTRATANTE, paralisar a atividade que não esteja sendo bem executada ou que ponha em risco a segurança das pessoas ou seus bens.

k. Durante a vigência do contrato, promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do serviço.

l. Conduzir os trabalhos observando às normas da legislação aplicável e às determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

m. Submeter previamente e por escrito ao CONTRATANTE qualquer mudança nos métodos executivos especificados no memorial descritivo ou documento similar para sua análise e aprovação.

n. Não permitir:

1. o trabalho de pessoa menor de 16 anos no objeto deste contrato, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; e
2. a utilização do trabalho da pessoa menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em qualquer hipótese.

o. Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.

p. Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.

- q. Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- r. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, *d*, da Lei Federal nº 14.133/21.
- s. Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

CLÁUSULA 11

Responsabilidade por danos

11.1 A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.

11.2 A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.

11.3 O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
	Advertência*
a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	
b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar*

- c.** Dar causa à inexecução total do contrato.
- d.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- e.** Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- f.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato.

h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.

k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar

12.2 O atraso superior a **30 dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.4 As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

Multa

Moratória

a. 1% (um por cento) sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de **30 dias corridos**.

Compensatória

30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.

b. 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de **30 dias corridos** pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

12.5 Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

12.7 Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

12.8 A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 A aplicação das sanções deve observar:

- a. A natureza e gravidade da infração.
- b. As peculiaridades do caso.
- c. As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d. Os danos causados ao CONTRATANTE.
- e. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10 As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

12.11 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12 No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 13

Alterações do contrato

13.1 As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2 Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

13.3 As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

13.5 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 14

Extinção do contrato

14.1 O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.

14.3 Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

14.4 Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

CLÁUSULA 15

Fiscalização

O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo servidor Sandro Aragão Santana (Matrícula nº 57123156/1), conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA 16

Interpretação

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA 17

Tratamento adequado dos conflitos de interesse

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

CLÁUSULA 18

Divulgação e publicação

18.1 O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **20 dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.

18.2 Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA 19

Vigência

19.1 O contrato terá vigência de **12 meses**, com início em **dd/mm/aaaa** e término em **dd/mm/aaaa**.

19.2 Quando o objeto não for concluído no período acima fixado, o prazo de vigência do contrato será *automaticamente prorrogado*, sem prejuízo da aplicação dos itens 14.3 e 14.4, quando a não conclusão decorrer de culpa do CONTRATADO.

19.3 Antes da prorrogação da vigência do contrato, o CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal do CONTRATADO, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

Foro